Comissão Eleitoral 2021

Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF

SINDJUS DF

Na imagem, a foto dos integrantes da Comissão Eleitoral, responsável pela condução desse processo eleitoral

NOS DIAS 22 e 23 DE ABRIL

VOTE!

Acontecem as eleições do Sindjus-DF nos dias **22 e 23 de abril de 2021**, das 9h às 18h. Filiado do Sindicato - servidor do Poder Judiciário e MPU no DF, escolha os representantes que você quer que estejam à frente da sua entidade pelo triênio 2021/2024.

Participe da construção da história do seu Sindicato, que é consolidada pelas diretorias que são eleitas pelo seu voto. Este é um momento ímpar na história do Sindjus-DF e você, filiado, tem um papel imprescindível nesse processo: o exercício da democracia.

Esclarece a Comissão Eleitoral que a votação ocorrerá por urnas de lona, nas áreas externas de órgãos, em sistema de "drive-thru". Serão adotados os protocolos legais e medidas sanitárias para garantir a segurança da sua saúde contra o contágio da Covid-19, nos moldes adotados pelo colendo TSE nas Eleições Municipais de 2020.

Apresenta a Comissão Eleitoral, nas páginas a seguir, os candidatos à Diretoria Colegiada e os Membros do Conselho Fiscal do Sindicato que tiveram suas candidaturas homologadas, para que você possa conhecer melhor as chapas que concorrem às eleições. Foram disponibilizadas três páginas para que cada chapa pudesse apresentar o seu programa.

É o seu voto que determinará os caminhos que o Sindicato vai trilhar nos próximos anos. Seja protagonista nesse processo. Participe!

Comissão Eleitoral 2021

Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF
SINDJUS DF

CHAPA 1

Coordenação-Geral:

COSTA NETO
TRE-DF

ABDIAS TRAJANO NETO - TJDFT

CHICO VAZ
STJ

Coordenação de Assuntos Jurídicos, Trabalhistas e Parlamentares:

CLEDO OLIVEIRA
TRT10

JOSÉ CARLOS
STF

IGOR MARIANO
TSE

Coordenação de Administração e Finanças:

ANDERSON FERREIRA - TJDFT

ANTONIO MATOSO
STJ

EDNETE RODRIGUES
STJ

Coordenação de Formação e Relações Sindicais:

JULIO HORTA
TJDFT

MARCOS MAINIERI
TST

ARLETE ALVES
TST

Coordenação de Imprensa e Comunicação:

SUELY DE ARAÚJO
MPU/PGR

SILVANILDO FARIA
TRF1

GILSON TEODORO
STM

Coordenação de Integração Sociocultural:

SONINHA ALVES
TJDFT

GISELE SERGIO
STJ

Suplentes:

EIRALDO PIMENTA
TRF1

IVERALDO DE VASCONCELOS - TJDFT

LUIZ TELES
TST

FRANCISCO XAVIER
TJDFT

ALMERINDO DE SOUZA - TRT10

WALLACE-PEREIRA
JUSTIÇA FEDERAL

PROGRAMA DA CHAPA 1
100% SERVIDORES E MENSAGEM AOS FILIADOS

PRINCÍPIOS

1. Atuação independente, apartidária e desvinculada de administrações e governos;
2. Compromisso exclusivo com os interesses da categoria.
3. CUT e policarpos nunca mais!
4. Partidos políticos na direção do Sindjus-DF nunca mais;

EM DEFESA DA CARREIRA

1. Promover amplo debate sobre nossa carreira em todos os locais de trabalho, a fim de que a categoria decida de forma soberana a posição oficial do Sindjus-DF. As propostas do PJU serão levadas ao Fórum Permanente do CNJ. No âmbito do MPU, as propostas serão encaminhadas ao CNMP e PGR;
2. Lutar pela transformação das carreiras do PJU e MPU em carreiras típicas de Estado;
3. Lutar por um plano de carreira que contemple as reivindicações gerais e específicas de cada cargo;
4. Reconhecimento da GAJ e GAMPU como vencimento;
5. Atualizar e definir as atribuições de cada cargo;
6. Tornar compatível o direito de advogar aos servidores com registro na OAB;
7. Tornar compatível o exercício da profissão em sua área aos servidores engenheiros, contadores, entre outros profissionais de áreas técnicas;
8. Reenquadramento dos Auxiliares Judiciários remanescentes e pagamento dos passivos;
9. Lutar pela criação da GATI (Gratificação para a Área de Tecnologia da Informação);
10. Trabalhar pela reformulação da estrutura da área psicossocial do TJDFT e de outros tribunais, com maior valorização, destinação de cargos comissionados e reconhecimento dos profissionais;
11. NS para Técnicos:
    - Atuar pelo envio imediato ao Congresso Nacional dos anteprojetos de lei do PJU e MPU sobre exigência de nível superior para o ingresso no cargo de Técnico Judiciário, uma vez que sua discussão já está pacificada, inclusive aprovada pela última comissão interdisciplinar instalada pelo STF (2017) e pela comissão do MPU;
    - Apresentar o estudo do DIEESE sobre o NS para técnicos a todos os tribunais e ramos do MPU para subsidiar e acelerar o envio de anteprojeto de lei ao Congresso Nacional;
    - Contratar escritório renomado para realizar estudo jurídico e formular parecer sobre a viabilidade e necessidade do NS para técnicos no âmbito do PJU e MPU, de modo a subsidiar e acelerar o envio de anteprojeto de lei ao Congresso Nacional.
12. Polícia Judicial / Agentes de Segurança do MPU:
    - Cumulação da FC com a GAS; direito à percepção da GAS na aposentadoria; porte de arma, equipamentos e uniformes adequados e treinamento para os Policiais Judiciais/Agentes de Segurança, bem como maior capacitação e valorização da instrutoria interna;
    - Continuar os avanços relativos à Polícia Judicial nos tribunais, depois da vitória no CNJ com a Resolução 344, cujo objetivo é trabalhar o envio de minuta de anteprojeto ao Congresso Nacional para alterar a Lei 11.416/2006;
    - Atuar junto ao CNMP para a organização da Polícia Institucional do MPU nos moldes do que foi feito no CNJ por meio da Resolução 344/2020;
    - Atuar no aperfeiçoamento da Resolução Conjunta CNJ/CNMP 04/2014;
    - Criação do "Conselho Superior de Polícia" no âmbito do Sindjus-DF. Uma comissão permanente, composta por membros eleitos do PJU e do MPU, além de representantes das associações das carreiras de polícia institucional, com a finalidade de realizar estudos, debates técnicos e audiências públicas para formação profissional, aperfeiçoamento da doutrina e outros assuntos de interesse das polícias institucionais do Poder Judiciário e do Ministério Público;
    - Revisão da Lei 11.416/2006 para inclusão do poder de polícia:
        - Alterar a redação do art. 4º, § 2º, para a adequação da denominação funcional do cargo à Resolução CNJ 344/2020 (Agente de Polícia Judicial);
        - Alterar as regras sobre a GAS, adequando a nomenclatura com a função policial (Gratificação de Atividade Policial);
        - Suprimir a obrigatoriedade do curso de reciclagem para o recebimento da gratificação (como acontece com a GAE dos Oficiais de Justiça), permitindo incorporação na aposentadoria;
        - Autorizar de forma expressa a cumulação da gratificação com a função comissionada ou cargo comissionado na área da Polícia Judicial.
    - - Encaminhar estudos e sugestão de emenda parlamentar para a alteração da Lei 10.826/2003 e regulamentações especificamente no que se refere à previsão dos Policiais Judiciais e Agentes de Segurança Institucional do Ministério Público:
        - Alterar o inciso XI, art. 6º, para que a concessão do porte de armas seja aos servidores da carreira, ao invés de ser destinada à Instituição como ocorre atualmente;
        - Alterar o Art. 7A para permitir o porte para defesa pessoal do policial mesmo fora de serviço e com a arma particular, e incluir o inciso XI nas exceções típicas da carreira policial;
        - Equiparação com as demais polícias com a inclusão da possibilidade de porte de armas para servidores aposentados;
        - Alterar o Art.25 para possibilitar a destinação de armamentos aos órgãos do Poder Judiciário e Ministério Público, para utilização de suas unidades de polícia institucional.
13. Lutar pela implantação da jornada de 6h diárias em todo o Judiciário e MPU;
14. Intensificar a fiscalização junto aos órgãos quanto à ocupação de FC's e de cargos em comissão por servidores efetivos, a fim de exigir o cumprimento da lei;

@sindjus @sindjus sindjusdf.org.br

15. Combater o desvio de função;
16. Solicitar aos órgãos que estabeleçam critérios objetivos e justos para a ocupação de cargos em comissão e funções em todos os tribunais e no MPU;
17. Defender o aumento dos percentuais dos Adicionais de Qualificação e de Capacitação;
18. Lutar contra a quebra da estabilidade no serviço público proposta pela Reforma Administrativa e outras propostas, tais como o PLS 116/2017;
19. Atuar em várias frentes contra a extinção de cargos e o avanço da terceirização;
20. Lutar pela autonomia do Poder Judiciário e MPU e pelo orçamento adequado;
21. Lutar pelos direitos dos servidores em regime de trabalho-remoto, com ressarcimento de uma série de despesas extras, tais como internet, energia elétrica, impressora, manutenção de equipamentos, bem como para que tenham acesso a computadores e mobiliário adequados à jornada laboral;
22. Defender cursos de formação e capacitação voltados a novas tecnologias.

EM DEFESA DA VALORIZAÇÃO SALARIAL

1. Atuar para que o Fórum Permanente do CNJ inclua as questões salariais nos debates relacionados à gestão da carreira dos servidores do PJU, para encaminhamento de novo PCS ao Congresso. No âmbito do MPU, seguir atuando diretamente com o PGR e Administração para discussão da carreira, elaboração e envio de novo PCS dos servidores ao Congresso Nacional;
2. Realizar estudos completos sobre as perdas inflacionárias, para debater com a categoria e as Administrações e embasar a luta por um novo PCS;
3. Manter a luta intransigente contra toda e qualquer redução salarial, bem como contra congelamentos salariais trazidos pela PEC 32 e outras propostas;
4. Lutar pelo cumprimento da revisão salarial anual (art. 37, CF);
5. Trabalhar com os demais servidores públicos pela criação e efetivação de uma política de valorização permanente do serviço público, que permita, entre outras coisas, a recomposição e melhoria dos salários;
6. Lutar pela equiparação salarial entre nossa carreira e carreiras análogas dos poderes Executivo e Legislativo;
7. Lutar pela inclusão no orçamento de reajuste anual dos auxílios alimentação e creche, de acordo com a inflação;
8. Trabalhar pela revogação da EC 95, que congelou investimentos públicos em saúde, educação, áreas sociais e no orçamento dos órgãos públicos;
9. Promover amplo debate na base, com a realização de congressos, palestras e seminários para discussão das políticas remuneratórias dos servidores.

EM DEFESA DOS DIREITOS DA CATEGORIA

1. Lutar pelo pagamento de todos os passivos;
2. Intensificar o trabalho jurídico para rejeição da ação rescisória dos 13,23%, com vistas a garantir definitivamente o direito e iniciar as execuções dos passivos;
3. Dar continuidade às execuções em andamento: RRA, auxílio pré-escolar e Quintos;
4. Trabalhar pela rejeição e arquivamento da Reforma Administrativa (PEC 32/2020), que acaba com a estabilidade no serviço público, ameaça a realização de concursos públicos, reduz salários iniciais, compromete a progressão na carreira e permite a corrupção institucional no serviço público;
5. Exigir que o direito de greve seja respeitado, com o estabelecimento de negociação para compensação dos dias parados;
6. Defender o instituto do concurso público e a criação de cargos no Judiciário e no MPU.

EM DEFESA DOS APOSENTADOS

1. Continuar a luta em conjunto com as demais entidades sindicais em defesa da aprovação da PEC 555/2006, que põe fim à cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados;
2. Dar continuidade à luta pela manutenção definitiva dos benefícios relativos à opção do Art.193;
3. Concentrar esforços na ação do PIS/PASEP e em outras relacionadas aos direitos dos aposentados;
4. Realizar eventos periódicos culturais e de lazer para os aposentados;
5. Fortalecer o núcleo dos aposentados.

EM DEFESA DO FORTALECIMENTO DA CATEGORIA E DO SERVIÇO PÚBLICO

1. Intensificar campanha contra o desmonte da Justiça Eleitoral e pelo restabelecimento das zonas eleitorais extintas;
2. Ampliar a campanha em defesa da Justiça do Trabalho;
3. Lutar em defesa da unidade da categoria;
4. Fazer consultas e levantamento das demandas específicas dos servidores em cada local de trabalho para dar o devido encaminhamento;
5. Promover campanhas de conscientização e atos em defesa do serviço público em conjunto com as demais entidades sindicais e da sociedade civil;
6. Lutar contra a terceirização de serviços públicos, como informática, atendimento ao público e todos os serviços atribuídos aos cargos da carreira do Judiciário e do Ministério Público;
7. Promover campanha de valorização dos servidores públicos, em especial, os do Judiciário e MPU, a fim de que a sociedade compreenda a importância do trabalho que desenvolvem e a necessidade de manter esses servidores valorizados e bem remunerados;
8. Promover campanhas de valorização da história da nossa categoria, celebrando fatos marcantes, como a maior greve da nossa história e a luta heróica contra o Veto 26, bem como a saga pela manutenção definitiva dos Quintos.

EM DEFESA DE UM SINDICATO PARA TODOS

1. Garantir a democracia na gestão do sindicato (tomada de decisões em conjunto e por todo o colegiado, inclusive com a participação dos suplentes e dos diretores regionais);
2. Defender o Sindjus-DF da ingerência político-partidária e de Administrações, bem como de ataques externos ou internos, preservando sua imagem;
3. Lutar para garantir assento e participação de representantes da nossa categoria nos Conselhos, bem como pela democratização do Poder Judiciário e MPU;
4. Fortalecer e ampliar as parcerias e promover cada vez mais a aproximação e discussão com outros sindicatos e com as associações de servidores;

5. Estimular a ampla participação da categoria nos processos decisórios;
6. Respeitar a soberania da categoria (cumprir as decisões das instâncias deliberativas);
7. Zelar pelo compromisso com a entidade, respeitando e se submetendo às decisões de suas instâncias;
8. Manter total transparência nas ações do Sindjus-DF;
9. Manter a proibição de doações financeiras para entidades e movimentos sem vínculo com o PJU e MPU;
10. Despertar o espírito de liderança e estimular a formação de servidores que possam atuar mais fortemente na atividade sindical e em suas unidades de lotação na busca de melhorias gerais das condições de trabalho da sua categoria e numa atuação cidadã junto à sociedade;
11.Realizar curso de formação de Delegados Sindicais.

EM DEFESA DA PARTICIPAÇÃO DO SERVIDOR

1. Promover e estimular a participação dos filiados nas eleições da diretoria da entidade, do conselho fiscal e para delegado sindical;
2. Propor a realização de eleições para escolha dos diretores gerais de cada tribunal, com consulta aos servidores do quadro para indicação de lista tríplice aos presidentes como sugestão para nomeação de servidor efetivo para o cargo de diretor-geral;
3. Ampliar o debate com a categoria em cada local de trabalho a respeito de demandas específicas e coletivas (assembleias setoriais);
4. Facilitar a participação e manifestação dos servidores por meio de consultas virtuais;
5. Promover o funcionamento efetivo dos núcleos de Auxiliares, Policiais Judiciais/Agentes do MPU, Técnicos, Analistas, Aposentados e de Inclusão.

EM DEFESA DA IGUALDADE E CONTRA O RACISMO E O ASSÉDIO

1. Combater todo e qualquer tipo de discriminação, preconceito e racismo;
2. Lutar contra todas as formas de assédio e realizar seminários e campanhas para debater a questão do assédio moral no serviço público;
3. Promover campanhas contra o feminicídio e a violência doméstica;
4. Fortalecer o Núcleo de Inclusão, defendendo os interesses desse segmento e promovendo uma cultura inclusiva por meio de diversas ações integradas e constantes campanhas de conscientização;
5. Lutar para que mais mulheres assumam cargos de destaque no Poder Judiciário e MPU, como em diretorias e secretarias-gerais;
6. Jornada reduzida aos pais que possuam ou tenham filhos com deficiência.

EM DEFESA DA QUALIDADE DE VIDA E DE MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

1. Fazer gestões para a implantação, manutenção e reativação de creches e berçários nos órgãos do Judiciário e MPU;
2. Incentivar a criação de projetos de sustentabilidade nos locais de trabalho;
3. Propor juntamente com as associações a adoção de ações pelos órgãos do PJU e do MPU que garantam melhor qualidade de vida e bem-estar aos servidores;
4. Exigir mais segurança para os servidores nos estacionamentos e áreas externas dos tribunais e do MPU;
5. Lutar por condições dignas de trabalho e pela garantia do adicional de insalubridade.

EM DEFESA DA SAÚDE DO SERVIDOR

1. Fiscalizar a utilização dos recursos destinados aos programas de assistência à saúde e benefícios sociais, bem como o custeio dos serviços, e exigir paridade entre servidores e representantes da administração na composição dos conselhos deliberativos dos programas;
2. Cobrar a destinação e uso correto dos recursos, a fim de evitar que o servidor seja penalizado com aumentos abusivos dos planos de saúde;
3. Trabalhar para que o servidor que está em trabalho remoto o faça de forma saudável;
4. Fortalecer o Sindjus-Saúde para atender os servidores filiados e seus familiares que não possuem planos e programas de saúde institucionais;
5. Realizar campanhas, palestras e eventos com foco na saúde do servidor;
6. Criar núcleo psicossocial para viabilizar atendimento psicológico personalizado aos filiados, assim como acontece com o Jurídico, uma vez que todos os ataques promovidos pelo governo e a pandemia de coronavírus trouxeram prejuízos à saúde mental e emocional dos servidores, com aumento de casos de depressão e ansiedade.

EM DEFESA DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER PARA OS SERVIDORES

1. Realizar eventos, concursos culturais e festas de interesse dos filiados (carnaval, aniversário do Sindjus-DF, festas juninas, Dia das Crianças, Dia do Servidor, festa de final de ano e etc);
2. Realizar atividades de esportes e lazer, a exemplo de torneios esportivos, jogos do Judiciário e MPU; apoio às olimpíadas do trabalho; caminhadas, passeios ciclísticos e corridas, dentre outros;
3. Incentivar a participação dos servidores em atividades culturais, esportivas e de lazer;
4. Promover novas campanhas contra o sedentarismo, como o "Sindjus-DF no Parque";
5. Dar atenção especial às pessoas com deficiência em todas as atividades culturais, esportivas e recreativas promovidas pelo Sindjus-DF.

EM DEFESA DE UMA COMUNICAÇÃO DIRETA E EFETIVA

1. Aprimorar os canais de comunicação entre o sindicato e a base;
2. Fortalecer a comunicação direta com os servidores, por meio das redes sociais e aplicativos;
3. Publicar boletim semanal e balanço mensal com as principais atividades do sindicato;
4. Intensificar o envio de matérias e boletim eletrônico aos filiados por e-mail;
5. Produção de mais vídeos com conteúdo voltado aos servidores;
6. Criar, no site do Sindicato, seção de artigos assinados por diretores e filiados, para manifestação de ideias relativas à nossa categoria;
7. Criar a Rádio e TV SINDJUS.

Confira o programa completo da **CHAPA 1**, com todas as propostas, no site: **www.issuu.com/chapa1sindjus**

@sindjus @sindjus sindjusdf.org.br

Comissão Eleitoral 2021

Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF – SINDJUS DF

CHAPA 2

Coordenação-Geral:

LAERCIO REIS
MPF

JOB DE BRITO
TSE

BRUNO DE SOUZA
TJDFT

Coordenação de Assuntos Jurídicos, Trabalhistas e Parlamentares:

EDERSON GONÇALVES
MPF

EDUARDO
RODRIGUES - TJDFT

KLEBER PIMENTEL
MPF

Coordenação de Administração e Finanças:

TERCYO DUTRA
STJ

DEVAIR DE SOUZA
TJDFT

ALMIR FERNANDES
MPF

Coordenação de Formação e Relações Sindicais:

GILVAN DE SOUZA
TJDFT

MILCA CELIA
CJF

ADRIANO BENGALY
TJDFT

Coordenação de Imprensa e Comunicação:

GILNEY MAIA
MPDFT

DOMINGOS
DAMASCENO - TJDFT

IVAN GOBBO
TST

Coordenação de Integração Sociocultural:

LUIZ VALÉRIO
TSE

ARTUR VIRGINIO
MPF

Suplentes:

ALOISIO
GONÇALVES - TJDFT

JOSÉ EVERALDO
MPF

SEVERINO JOSÉ
MPF

GILMAR VITOR
TJDFT

JOÃO AILSON
MPF

FÁBIO OLIVEIRA
MPF

PROGRAMA DA CHPA 2
MUDA SINDJUS

1) Defesa dos interesses de toda a categoria de forma conjunta e unificada, técnicos e analistas em todas as respectivas especialidades,
2) Redução das mensalidades sindicais de forma gradativa, promovendo paralelamente campanha de filiação e refiliação de servidores,
3) Trabalhar pela recomposição salarial aos níveis de 2006 (perdas de 40,5%),
4) Implementação dos planos de carreira que beneficiem todos os servidores do PJU E MPU,
5) Lutar pela extensão dos 13,23% a todos os servidores do PJU e MPU,
6) Lutar pelo aumento dos adicionais de qualificação e sua cumulação,
7) Trabalhar pelo aumento do auxílio alimentação,
8) Despartidarização do sindicato, focando nas atividades no interesse dos servidores,
9) Contato constante com autoridades dos três poderes, estabelecendo um diálogo produtivo em prol das proposições dos servidores do PJU E MPU,
10) Redução da jornada de trabalho para 6 hs,
11) Estudo acerca da volta do adicional de tempo de serviço (ATS),
12) Luta pela data-base, prevenindo perdas salariais acumuladas e pela regulamentação de convenção 151 da OIT, permitindo a negociação coletiva no serviço publico,
13) Discutir de forma transparente e produtiva temas polêmicos com toda a categoria: nível de escolaridade, modelo remuneratório, fragmentação da carreira entre outros,
14) Aposentadoria sem perdas salariais,
15) Propor a criação de coordenação de aposentados,
16) Promoção de ações voltadas a preparação dos servidores para a aposentadoria,
17) Promoção de estudos sobre os impactos das terceirizações e aumento do efetivo de extraquadros,
18) Campanha e combate contra assédio moral, sexual e desvios de função,
19) Busca de novos convênios e parcerias nas mais diversas áreas,
20) Aperfeiçoar e expandir o atendimento jurídico,
21) Gerir de forma profissional e transparente os recursos do sindicato,
22) Estabelecer canais constantes de diálogo com servidores (site, aplicativos, pesquisas, ouvidoria, reuniões periódicas, visitas dos coordenadores),
23) Criação de uma Universidade Corporativa.
24) NS para os Técnicos,
25) Criação de plano de Saúde,
26) Aquisição imóvel rural regularizado para nova sede do CEFIS,
27) Transparência das contas,
28) Contato direto com os Diretores,
29) Assembleias periódicas,
30) Assistência funeral, nos moldes das associações,
31) Efetivação da Ouvidoria autônoma e independente,
32) Canal aberto com os Delegados e Conselhos de Delegados,
33) Visita periódica nos órgãos e com visualização de agendamento pelo sítio do Sindjus/DF,
34) Firma parcerias com Cooperativas de Créditos Habitacionais que proporcionam prestações realmente competitivas,
35) Criação de Comissão Permanente de Recebimento de Denúncias de Assédios e Maus-tratos no ambiente de trabalho,
36) Canal de Denúncia via app's de comunicação e no próprio sítio,
37) Garantia de pelo menos um Diretor em Plantão nos fins de semana e feriados,
38) Verificar a viabilidade de criação de cooperativa de crédito,
39) Agregar imagem do Sindjus/DF com atividades esportivas,
40) Estimular e patrocinar ecoturismo, exploração de carstes/cavernas, ideias brilhantes com prêmios, projetos educacionais,
41) Consultar os filiados para indicar o modelo de festa de fim de ano, quais bandas, tipos de comidas,
42) Estimular e fortalecer o intercâmbio entre os servidores do MPU e do PJU,
43) Visitas periódicas as Varas Federais, apoio e assistência aos servidores lotados em situações limítrofes e de perigo constante,
44) Fomentar o combate a corrupção e assédio dentro dos respectivos órgãos,
45) Propor a criação de Conselho Geral com pelos menos um representante de cada órgão. Estes representantes não se confundem com os Delegados Sindicais. Seria porta voz com viés apartidário, isento de influência até mesmo do próprio sindicato, que levaria críticas da atuação do Delegado em cada órgão, levaria notícias de irregularidades gerais, elogios, ideias e etc. Seria mais uma forma de estimular e integrar a atuação dos filiados. Não poderiam ser participantes do Conselho nem Delegados, Diretores e demais Conselheiros,

CHAPA 2 – MUDA SINDJUS

A FACE NEFASTA DA "MODERNIZAÇÃO" DO MPF

I - IMPORTÂNCIA DO MPF PARA A SOCIEDADE

01. O Ministério Público Federal (MPF) é o maior dos ramos do MPU e tem entre as suas principais atribuições a defesa dos interesses do povo brasileiro e o combate a todo tipo de injustiça, corrupção e todas as formas de discriminação e exploração. Também cabe ao MPF proteger direitos sociais, difusos e individuais, o respeito às leis nacionais e à observância dos princípios e normas que garantem a democracia. Assim, do mesmo modo que um engenheiro trabalha para construir um prédio ou uma ponte, que um professor tem o dever de ensinar, um bombeiro de salvar vidas, quem trabalha no MPF tem o DEVER de atuar na defesa da sociedade e do regime democrático.

02. "Defesa dos direitos da coletividade

O Ministério Público Federal atua em todo o Brasil e em cooperação com outros países.
Defende os interesses de todos os brasileiros previstos na Constituição e nas leis federais, como:
- os direitos humanos;
- a democracia, os direitos políticos, a nacionalidade e o devido processo eleitoral;
- o respeito às diferenças de etnia, sexo, crença e de condição psicofísica;

- a correta aplicação das verbas em educação, saúde e segurança;
- a proteção do meio ambiente, dos índios, das crianças, dos adolescentes e dos idosos;
- a preservação do patrimônio cultural;
- o respeito à ordem econômica e aos direitos do consumidor;
- o acesso a serviços públicos de qualidade;
- o combate à corrupção"

Fonte: Site da PGR acesso em 07/03/2013 disponível em http://www.pgr.mpf.gov.br/conheca-o-mpf/publicacoes/folheteria-tematica/09_web_folheteria_mpf_101.pdf

03. No lugar do MPF colocar todas as suas energias no cumprimento do seu papel institucional e procurar formas para solucionar os graves problemas da sociedade, a Administração tem levado o MPF a focar sua atuação muito mais na burocracia interna.

04. Para isso estão sendo gastos milhões de reais dos cofres públicos num suposto projeto de "modernização", proposto pela Fundação Getúlio Vargas, e que começa a mostrar, depois de alguns anos, os seus primeiros efeitos práticos, que nada tem de "modernizante" ou de positivo, muito pelo contrário. Os resultados da dita "modernização" tem provocado a desvalorização dos servidores, a ameaça de extinção de cargos e mudanças substanciais de atribuições por portaria, o que é ilegal; a formação de uma casta entre os servidores e consequentemente a indignação da maioria; e a ampliação da terceirização, que significa privatização, além de ser uma forma de burla ao concurso público, e que por isso deveria ser combatida pelo MPF.

05. Durante as ameaças de aprovação da PEC 37, o momento era de buscar fortalecer o MPF, a começar pela construção de um ambiente interno que propiciasse a união e o bem-estar entre todos, procuradores, servidores, terceirizados e estagiários, para que juntos pudéssemos melhorar a instituição e defendê-la dos ataques externos com muito mais força. Entretanto, no lugar de fortalecer e unir servidores e membros contra os ataques à instituição, a Administração optou em "focar" todos os esforços, incluindo recursos humanos e financeiros, numa suposta "modernização".

II - PRINCIPAIS PROBLEMAS DA "MODERNIZAÇÃO"

06. Desde que a suposta "modernização" começou a sair da teoria para os resultados práticos, muitas consequências negativas já podem ser vistas. Vamos citar alguns exemplos. Destruição de setores internos da PGR e retirada das funções comissionadas dos servidores: Extinção de todos os setores internos da Biblioteca. Desmantelamento da SGP e SADP. Criação de novos departamentos na SG e AMGE. O único setor onde a departamentalização continuou e até mesmo ampliou foi a Secretaria Geral. Foram criados novos setores, com nomes pomposos, ligado à Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (AMGE). Surgimento de uma verdadeira "casta" entre os servidores

07. Outra consequência nefasta da "modernização" tem sido o surgimento de uma verdadeira "casta" entre os servidores. Os mesmos que decidiram extinguir os setores internos também decidiram ampliar os valores dos seus próprios cargos em comissão e de todos os "altos" chefes e assessorias e o privilégio injusto da vaga exclusiva da garagem.

08. Extinção de Cargos e Mudança de Atribuições por Portaria

09. Ampliação da terceirização. - "Modernização": decisão na mão de poucos

10. Estiveram envolvidos no processo de "modernização" cerca de 400 pessoas. Isso não significa que o processo tenha sido democrático ou participativo. No universo de mais de 9.800 servidores e procuradores, segundo dados do site da Transparência do MPF, participaram do processo de "modernização" menos de 5%. Além disso, a maior parte participou apenas dos painéis de contribuição, que como o próprio nome diz, era para coletar contribuições, sugestões das pessoas, mas sem nenhum poder deliberativo ou decisório.

11. As contribuições foram coletadas para que depois um grupo bem mais seleto debatesse e definisse a nova estrutura, que deveria ser feito de acordo com a proposta feita pela FGV. Para a construção da nova estrutura, apenas os "gestores de cada área" participaram do debate e definiram o que eles chamam de "modelo adequado à complexidade, tamanho e desafios de cada secretaria" tendo como base a diretriz definida pela SG e pela AMGE.

12. FGV: aplicação da ideologia neoliberal

13. Os efeitos nefastos da FGV também já foram sentidos no Poder Judiciário. Sobre a Fundação Getúlio Vargas, seus métodos e objetivos, vale transcrever trechos da reportagem do jornal O Grito, do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário em Santa Cantarina (Sintrajusc), em 2008, momento em que a FGV se instalou no TRT de Florianópolis: Judiciário se rende ao discurso neoliberal da Fundação Getúlio Vargas

14. Custo Benefício dos Milhões Investidos na Modernização

15. O custo benefício do investimento feito na "modernização" não está sendo percebido na prática. Ao todo muitos milhões de reais dos cofres públicos foram gastos com a dita "modernização" com diárias, passagens, hospedagens, aluguel de salões, coffee break e, principalmente, com a contratação da FGV Projetos e da PriceWaterCooper. Somente essa segunda empresa foi contratada por 2 milhões e 900 mil reais, segundo Nota de Empenho nº 2011NE00260, emitida em 17/11/2011.

16. Com tanto investimento o mínimo que se espera seria um resultado positivo, com o ambiente interno melhorado, os servidores e procuradores motivados, valorizados e estimulados para cumprir a importante missão institucional, que é "promover a realização da Justiça, a bem da sociedade e em defesa do Estado Democrático de Direito".

17. Assim, diante do exposto, defendemos que o SINDJUS-DF assuma a luta contra o processo de "modernização" do MPF, que nada mais é do que a implementação da política neoliberal da FGV, que visa o desmantelamento do Estado, a desvalorização dos servidores e a ampliação da terceirização/ privatização de setores do MPF, como o Transporte e a Informática.

18. Por fim, que o SINDJUS-DF realize um Seminário ESTADUAL sobre o avanço da política neoliberal dentro do MPU e do Judiciário e suas consequências nefastas para a categoria, para a instituição e para a sociedade.

CHAPA 2 – MUDA SINDJUS

DIVIDA PÚBLICA: UM MAL QUE PRECISA SER COMBATIDO

1.O Brasil hoje é tão ou mais colônia do que era na época do descobrimento. Se antes os colonizadores nos saqueavam com a extração do ouro, prata, pedras preciosas, madeira, hoje, o saque acontece por meio do pagamento da Dívida Pública que consumiu, apenas em 2009, 36% do Orçamento da União. A transferência das riquezas do Brasil para o Mercado Financeiro já ocorre há muito tempo e isso precisa acabar. Ano após ano se deixa de investir em educação, transporte, saúde, saneamento básico e outras políticas sociais para pagar juros da dívida pública, que beneficia principalmente os banqueiros internacionais. Temos uma das mais altas taxas de juros do mundo tanto na macro como na micro economia. Esses juros abusivos servem apenas para enriquecer os especuladores.

2. Em troca o país tem que conviver com péssimos indicadores sociais:

Saúde Pública – Filas, falta de médicos, salários baixos, falta de condições de trabalho

Déficit Habitacional – 8 milhões de moradias, além de 11,2 milhões de domicílios inadequados

Pobreza: 46,2 milhões de pobres

Fome: 10,7 milhões de famintos

(Fonte IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade - (Dados de 2007)

É preciso romper com esse processo de espoliação

3.O Brasil é um país rico. Não há dúvidas disso. No entanto, essa riqueza não se reverte em favor do povo brasileiro e sim para o capital financeiro. É preciso mudar essa lógica perversa e fazer com que a riqueza do nosso país pare de ser extorquido pelo capital financeiro e se reverta em políticas sociais. O Brasil ao seguir os ditames impostos pelo Banco Mundial e o FMI tem que fazer as "reformas" impostas com a desculpa prioriza o pagamento dos juros da dívida pública e deixa o Brasil e a maior parte do povo brasileiro numa situação caótica. 53 milhões de miseráveis, 28 milhões de famintos, alta taxa de desemprego, analfabetismo, saúde pública aos frangalhos e muita violência. 4.O pagamento dos juros da dívida é um ciclo que não tem fim, pois é baseado no anatocismo, isto é, juros sobre juros. O anatocismo é totalmente ilegal e faz com que praticamente não haja amortização do saldo devedor. Por mais que se pague, o saldo devedor continua aumentando.

CONSEQUÊNCIAS DA DÍVIDA

5. - O volume do endividamento é assustador
- Ritmo de crescimento da Dívida é cada vez mais acelerado
- Recordes de arrecadação, com a tributação injusta
- Não há recursos para investimentos sociais efetivos
- Injustiça social e concentração de renda, desemprego
- Reformas de cunho neoliberal (Ex: Previdência);
- liberalização comercial e financeira, privatizações
- Modelo agrícola exportador, impeditivo da necessária reforma agrária
- Enfraquecimento do Estado e grave ameaça à soberania. (Fonte: Auditoria Cidadão da Dívida)

6.O Brasil vive há muitos anos sangrando suas riquezas que vai direto aos especuladores internacionais. Ano após ano se deixa de investir em educação e saúde para pagar juros da dívida, que só beneficia banqueiros internacionais. Temos uma das mais altas taxas de juros do mundo tanto na Macro como na Micro economia. Que só servem para enriquecer os especuladores.

7.Temos mitos de todos os tipos: o deus mercado; cuidado com o risco país; metas de superavit primário, etc, que só servem para enriquecer os banqueiros e especuladores e assim manter a maior concentração de renda do mundo, numa pequena camada da elite burguesa.

8. O Brasil não normatiza e nem regulamenta as concessões de rádio e TV, que só servem aos interesses do capital. Não realiza a reforma agrária, onde temos o absurdo de ter proprietários de terras em áreas maiores que alguns países da Europa. Não combate a corrupção, que neste país bate recordes absurdos em relação aos outros países. Não protege sua juventude e a infância, entre outras demandas reprimidas importantíssimas.

9. Os economistas Sérgio Mendonça e Ademir Figueiredo, técnicos do Dieese, destacam a importância da redução dos juros e do superávit primário para o desenvolvimento nacional, sublinhando o significado de ambas as medidas para o fortalecimento do mercado interno, geração de emprego e renda, e combate à crise que sopra com força desde os países centrais.

10.Deixamos na miséria milhares de brasileiros: "Cada ponto reduzido da Selic representa uma economia de R$ 15 bilhões na dívida pública". Poderíamos ter um país mais justo se assumíssemos a oportunidade histórica de deixarmos de ser o país dos rentistas, trazendo os juros para os patamares internacionais de 1 a 2%, contra os 13,75% atuais da taxa Selic. Ressaltamos que a taxa Selic tem forte impacto sobre a dívida pública brasileira. Cortar os juros pela metade representaria uma economia de mais de R$ 100 bilhões na dívida pública, recursos que poderiam ser aplicados em políticas sociais.

11.Entre as prioridades do momento, avaliam os técnicos do Dieese, deveriam estar os investimentos no setor da construção civil, pelo número de empregos que gera e pela perspectiva que tem de dar respostas imediatas, priorizando moradia popular e construções de baixa renda. Criticando a ação daninha do Banco Central, "que trata tudo na horizontal", os economistas do Dieese defenderam que é preciso encontrar saídas específicas para cada setor. A redução dos juros, frisaram, representaria uma melhora para todos. Crise econômica: é hora de auditar a dívida, não de cortar gastos sociais.

Comissão Eleitoral 2021

Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF SINDJUS DF

CHAPA 3

Coordenação-Geral:

FERNANDO FREITAS - TJDFT

ELIANA ALVES TRF

JOSÉ SOARES JÚNIOR - TRT

Coordenação de Assuntos Jurídicos, Trabalhistas e Parlamentares:

ALDINON SILVA TJDFT

ROBERTO POLICARPO - TRT

RONEY TJDFT

Coordenação de Administração e Finanças:

ALDO RIBEIRO TJDFT

ELDO ABREU MPDFT

GLÁUCIA SENA TJDFT

Coordenação de Formação e Relações Sindicais:

EDILBERTO SOBRINHO - CJF

LUIZ SOARES TJDFT

MIGUEL FERREIRA TJDFT

Coordenação de Imprensa e Comunicação:

ANA PAULA CUSINATO - MPDFT

MÁRCIO DENILSON - STF

JOSÉ ALAN TJDFT

Coordenação de Integração Sociocultural:

EDMILTON GOMES TRF

KLÉBER CRISPIM TJDFT

Suplentes:

JAMIL JANUÁRIO TRE/RO

AGNALDO MOARES - STM

RITA LOPES TJDFT

CHICO AQUINO STJ

FÁTIMA ARANTES TJDFT

TEREZINHA CALDAS SANTOS - TST

PROGRAMA DA CHAPA 3

SOMOS A CHAPA 3 – AVANTE SINDJUS. CORAGEM PARA MUDAR.

Temos coragem para tirar o Sindjus do imobilismo.

Sabemos dialogar com a categoria para construir uma nova proposta de PCS e de plano de carreira.

Sabemos negociar e pressionar pelo pagamento dos passivos.

Temos coragem para lutar de fato contra a Reforma Administrativa.

Estamos aqui para colocar o Sindjus como protagonista nacional da luta dos servidores do Judiciário e do MPU e contamos com o apoio de todas as servidoras e servidores que sabem que sindicato é para lutar. Vem com a gente resgatar o Sindjus para as lutas contra a retirada de direitos e por novas conquistas.

Ao longo dos últimos anos, os servidores públicos, entre os quais nós, do Poder Judiciário e do MPU, estamos sofrendo constantes ataques a nossos direitos e forte perda do poder aquisitivo de nossos salários.

Têm sido muitas as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) contra os interesses e a valorização dos servidores e do serviço público. Tivemos a PEC do teto de gastos em 2016 e neste ano a PEC Emergencial. A Reforma da Previdência aumentou nossa contribuição e dificulta a aposentadoria, reduzindo-a para os que ingressaram depois de 2013.

Agora está tramitando a PEC, da Reforma Administrativa, que derruba direitos e garantias e reduz o número de servidores, impacta negativamente a estrutura de cargos e salários, extingue a estabilidade e reduz salários.

A última reposição de perdas salariais de servidores do Judiciário e do MPU foi em julho de 2016, há quase cinco anos.

Para enfrentar a ofensiva contra os servidores do Judiciário e do MPU precisamos de um sindicato que efetivamente esteja disposto a liderar uma categoria fortalecida, organizada e mobilizada, com dirigentes experientes, atuantes e corajosos.

Precisamos de um sindicato articulado com as demais entidades que representam os servidores públicos em torno de lutas comuns — como a resistência diante da PEC 32 — e articulado nacionalmente em defesa dos direitos e na luta por novas conquistas dos servidores do Judiciário e do MPU.

Precisamos de um sindicato que seja respeitado e tenha interlocução e capacidade de negociar com as direções dos tribunais e do MPU, com parlamentares de todos os partidos e com as autoridades do governo federal.

Os atuais dirigentes do Sindjus no Distrito Federal têm mostrado total incompetência e incapacidade para isso. Não têm disposição e coragem para defender os nossos interesses e direitos, limitam o contato com a categoria ao envio de e-mails, não procuram e não conseguem ser recebidos por autoridades com as quais deveriam interagir.

Além disso, os atuais dirigentes se afastaram dos demais sindicatos de servidores e não dialogam com as demais categorias. Não compreendem que a união é essencial para defender o conjunto dos servidores públicos.

Desfiliaram, por preconceito ideológico e falta de visão, nossa entidade da Fenajufe, capaz de articular nacionalmente os Sindjus de todo o país. Tivemos uma grande vitória no Conselho Nacional de Justiça com a instalação do Fórum Permanente de Carreira, defendida pela Fenajufe, mas os servidores representados pelo Sindjus-DF estarão fora do debate sobre a carreira graças à postura isolacionista da atual diretoria.

Em vez de trabalhar para a união da categoria, a atual diretoria contribuiu para afastar os oficiais de Justiça do sindicato.

Em vez de promover a participação democrática da categoria na tomada de decisões e o pluralismo de ideias, os atuais dirigentes realizam assembleias virtuais, necessárias neste momento, sem transparência e nas quais impedem a manifestação de associados, a ponto de em uma delas apenas o coordenador ter podido falar.

O alinhamento dos atuais dirigentes com o governo Bolsonaro e sua submissão ao governador Ibaneis Rocha, cujo escritório é contratado pelo Sindjus, também limita a ação do sindicato na luta pelos interesses dos servidores.

Por tudo isso, precisamos reagir!

Precisamos de um sindicato atuante, presente em todos os grandes temas de interesse dos servidores do Poder Judiciário e do MPU e que também encaminhe as pautas específicas de todos os locais de trabalho e de todas as especialidades, de analistas, técnicos e auxiliares.

Um sindicato composto por pessoas que sabem a importância da força de trabalho dos servidores para o funcionamento da Justiça, que têm capacidade de diálogo transparente com a categoria e experiência em negociações.

Nós, da Chapa 3, somos mulheres e homens que respeitam os vários credos religiosos, as convicções políticas e todas as identidades culturais. Entre nós não há espaço para o machismo, o racismo ou qualquer tipo de discriminação.

Como você, somos servidoras e servidores que têm orgulho de atuar nos órgãos do Poder Judiciário e do MPU para contribuir com a promoção da cidadania.

Conheça nossas propostas e venha com a gente!

PROPOSTAS

1. Combater a PEC 32/2020 que, além de prejudicar os atuais e futuros servidores do Poder Judiciário e do MPU, desmonta os serviços públicos, prejudicando diretamente a população que mais precisa.

2. Nova campanha salarial: considerando que a LC 173/2020 perde a vigência em 31/12/2021 e que a PEC Emergencial (EC

109/2021) não impacta imediatamente os servidores do Poder Judiciário e do MPU, a CHAPA 3 liderará uma nova campanha salarial para repor as perdas inflacionárias acumuladas nos últimos anos e assegurar ganhos reais a todos servidores.

3. Novo PCS: construir, a partir de amplo diálogo com os todos os servidores dos diversos órgãos, um novo Plano de Cargos e Salários, que considere as mudanças tecnológicas e a necessidade de valorização plena dos analistas, técnicos e auxiliares, tendo como parâmetro as carreiras análogas dos Poderes Legislativo e Executivo.

4. Revisão geral: exigir cumprimento da revisão geral anual na prevista na Constituição Federal, com implementação da data base (art. 37, X).

5. Aumento nos benefícios: exigir a correção e a ampliação dos auxílios-alimentação, pré-escolar e outros, de modo a recuperar as perdas inflacionárias e garantir ampliação do acesso.

6. Luta pelo pagamento do reajuste de 13,23% (VPI).

7. Quintos: assegurar o pagamento dos quintos para os servidores que ganharam as ações judiciais ou tiveram o reconhecimento administrativo e que ainda não receberam.

8. Luta pela correção do PASEP.

9. Luta pelo nível superior para técnicos do Judiciário e do MPU: liderar a luta pela implantação imediata do ingresso de nível superior para os cargos de Técnico Judiciário e Técnico do MPU.

10. Luta para garantir o pagamento da gratificação de função prevista no art. 190 da Lei 8.112/1990 (revogado em 1997) para todos os servidores que tiverem direito.

11. Luta para o efetivo cumprimento da decisão judicial que assegura a devolução das diferenças de imposto de renda recolhidos a mais em função de decisões judiciais ou administrativas – RRA.

12. Defesa da unidade da categoria com a plena participação de todos os servidores e a reinserção de Oficiais de Justiça na base do Sindjus.

13. Defesa do reenquadramento dos auxiliares judiciários para o cargo de Técnico Judiciário.

14. Comunicação: fortalecer a comunicação do Sindjus com os filiados, com o uso inteligente e interativo das redes sociais e com a criação de novas formas de comunicação e de acesso a serviços como aplicativos para celulares e outras ferramentas.

15. Teletrabalho: construir amplo debate sobre o teletrabalho com a categoria e com as administrações dos órgãos do Judiciário e do MPU, ajustando a regulamentação para incorporar as demandas dos servidores, tanto em relação aos equipamentos quanto à saúde e à qualidade de vida.

16. Melhorias da assessoria jurídica: aprimorar o atendimento jurídico aos filiados, tornando-o mais proativo e promovendo novas ações coletivas e individuais, com informações sempre atualizadas para os filiados.

17. Assédio: combater o assédio moral, o assédio sexual e o assédio institucional. Enfrentar as metas abusivas e a violências no trabalho! Lutar por uma política de saúde e prevenção ao adoecimento e sofrimento mental no trabalho!

18. Planos de saúde: atuar pelo fortalecimento dos planos de saúde de gestão própria e pela ampliação da representação dos servidores nos conselhos dos planos de saúde.

19. Aposentados: lutar pela preservação e ampliação dos direitos e conquistas dos aposentados, como, por exemplo, a aprovação da PEC 555/2006.

20. Servidores com deficiência e que trabalham em condições especiais: defender a aposentadoria especial para servidores com deficiência e para servidores que executam atividades insalubres, perigosas ou de risco, como as relacionadas às áreas de Polícia Judicial e de execução de mandados, entre outras.

21. Democratização do Judiciário e do MPU: realizar ciclos de estudos e debates como forma de intensificar a luta pela democratização do Poder Judiciário e do MPU.

22. Coletivos: efetivar os coletivos de debate, trabalho e ação que existem (Polícia Judicial, Técnicos, Analistas e Auxiliares) e criar os coletivos de Mulheres, de Combate à Discriminação Racial e de Pessoas com Deficiência.

23. Diversificação das atividades de cultura, formação, lazer e esportivas.

24. Gestão participativa: transparência e seriedade no Sindjus, tornando a gestão participativa e envolvendo todos os filiados nos processos decisórios.

25. Democratização do Sindjus: assegurar a democracia interna da entidade, valorizando as instâncias coletivas, que foram abandonadas pela atual direção.

26. Participação virtual e presencial: implementar a participação efetiva dos filiados nas decisões do Sindjus, inclusive nos Congressos e Assembleias Gerais realizados por videoconferência.

27. Escuta ativa dos filiados do Sindjus: ouvir ativamente os filiados por meio de assembleias setoriais regulares para debater pautas específicas e promover mobilização em cada órgão, com a garantia da presença das/dos dirigentes nos locais de trabalho.

28. Respeito e valorização do servidor: realizar ampla campanha sobre a importância do servidor público do Judiciário e do MPU na realização dos direitos da população e na promoção da Justiça.

29. Independência política em relação a governos, partidos políticos e administrações do Judiciário e do MPU.

30. Retorno à Fenajufe como parte da reconstrução da unidade dos servidores do Judiciário e MPU de todo o Brasil para combater a reforma administrativa e demais propostas que prejudiquem a categoria e para avançar nas lutas por novas conquistas.

31. Promover lutas unificadas com o funcionalismo público em nível local e nacional.

32. Polícia Judicial:

- Cumulação da GAS com função comissionada e cargo em comissão
- Garantir a GAS na aposentadoria
- Exigir fornecimento de EPIs em todos os órgãos
- Plano de capacitação adequado às necessidades em todos os órgãos
- Alteração da especialidade do cargo em lei
- Criação da Polícia do MPU
- Supressão da obrigatoriedade da reciclagem anual para recebimento da GAS
- Adequação da legislação sobre porte de arma para garantir a segurança dos policiais judiciais e agentes de segurança do MPU

33. Região Norte

- Participação dos servidores do Norte nos debates sobre reajuste e plano de carreira.

- Atendimento jurídico eficiente aos servidores da Região Norte tanto judicial quanto administrativo.

- Luta pelo pagamento dos passivos dos quintos, RRA e 13,23%.
- Defesa das questões específicas de cada local de trabalho.
- Instalação e fortalecimento de uma subsede sindical na capital dos estados de Rondônia, Roraima e Acre, com estrutura administrativa eficiente para aproximar o Sindjus de sua base e garantir a eficácia de suas políticas e ações na defesa da categoria.
- Regulamentação das atribuições das subsedes regionais e garantia da participação dos representantes dos servidores das novas bases nas deliberações do Sindjus e nos organismos sindicais e coletivos dos quais o sindicato participe.
- Construção de um plano de convênios de qualidade específico para os estados do Norte.

16 ANOS DE CONQUISTAS X 5 ANOS SEM REAJUSTE

Já se vão seis anos sem reajustes. Não por coincidência, é o mesmo tempo de gestão que a chapa 1 tem à frente da direção do Sindjus. Histórico bem diferente dos dezesseis anos anteriores. Você lembra de como era a nossa luta antes desse imobilismo que o Sindjus vive agora?

De 2000 a 2016, a organização de nossas campanhas salariais em Planos de Cargos e Salários era feita de forma a conquistar a valorização da nossa categoria. Assim como aconteceu com outras carreiras mais prestigiadas do serviço público federal, como TCU, Câmara e Senado.

Você se lembra dos PCSs e dos reajustes de 2002, 2004, 2006, 2012 e 2016? Essas conquistas são fruto de uma gestão sindical combativa e independente e, principalmente, da unidade de todos os servidores do Judiciário e MPU no Brasil. Foram muitas mobilizações, articulações e negociações protagonizadas pela chapa 3, que hoje se encontra na oposição à paralisia que a chapa 1 colocou o Sindjus.

A chapa 3 tem experiência em conquistas salariais e sabe muito bem que quando um PCS ou outro reajuste é aprovado, o próximo passo já precisa ser planejado, até porque todos os reajustes são implementados de forma parcelada.

Você se recorda de algum debate sobre reajuste nesses últimos cinco anos? É verdade que a conjuntura está bem difícil, mas a chapa 1 não organiza a categoria, não articula, não negocia e espera que reajustes salariais vão cair do céu? A categoria pode confiar que a chapa 1, que está há cinco anos à frente do Sindjus, vai garantir alguma conquista salarial ou impedir mais perdas? Sei que as respostas que demos a cada um desses questionamentos foram iguais. Porque da mesma forma que a chapa 3 tem dezesseis anos de conquistas comprovadas, a chapa 1 tem cinco anos de fracasso e imobilismo.

Sem contar que outras categorias, como de juízes e de membros do MPU, não deixam de debater reajuste ou até mesmo formas alternativas de recomposição salarial. Por que só a nossa categoria não?

O correto é fazer a nossa parte, elaborar nossa proposta, discutir com toda a categoria e lutar por reajuste sim. E é essa a proposta da chapa 3, colegas, diálogo, articulação, mobilização, negociação e conquistas. Não tem segredo.

Nosso plano de carreira precisa ser atualizado para compreender como o Judiciário e o MPU são hoje. Formas de recomposição salarial precisam estar na pauta de discussão.

Afinal, é preciso frisar, o último reajuste da categoria foi conquistado pelos que hoje compõem a chapa 3, junto com toda a mobilização da categoria, é claro.

Sem um sindicato que saiba lutar por reajuste e dialogar com a categoria um plano de carreira que, de fato, busque a valorização da nossa carreira, acumularemos mais perdas e defasagem salarial. É isso o que a categoria quer?

O único caminho, vamos repetir, é diálogo, articulação, mobilização, negociação e conquistas. E para o Sindjus voltar para esse caminho, vote chapa 3.

Comissão Eleitoral 2021

Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF

SINDJUS DF

CONSELHO FISCAL

ALINE DIAS
TJDFT

DENILSON SIQUEIRA GOMES
Agente de Polícia Judicial
TRF

EDILSON RICARDO
TSE

ESBALTAR
TJDFT

HILVIO MACIEL CARVALHO
TST

OSMALDO DE SOUZA
MPF

PAULO HENRIQUE
TJDFT

WHITE
STJ

ELEIÇÕES

2021

SINDJUS DF

triênio 2021/2024

NÃO SE OMITA!
Seu voto é muito valioso para ser desperdiçado.

ACOMPANHE PELO SITE E EM NOSSAS REDES SOCIAIS

@sindjus @sindjus sindjusdf.org.br